



## Considerações sobre a mutação da classe guerreira e a guerra dos cem anos

Vinicius de Souza e Cruz<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo, “Considerações Sobre a Mutação da Classe Guerreira e a Guerra dos Cem Anos”, tem como objetivo ilustrar e explicar a mutação social da classe guerreira, assim como a sua construção da sua imagem na sociedade, com foco final, na Guerra dos Cem Anos. É também objetivo deste artigo explicar como instrumentos e tecnologias de guerras mudaram e aceleraram seu processo de evolução no decorrer da Baixa Idade Média. Será usada a pesquisa bibliográfica, que consiste na coleta de dados a partir de artigos, livros e revistas que constarão nas citações e referências, sendo os principais autores consultados: Jean Flori, Jason Gill e Bernard S. Bachrach.

**Palavras-chave:** Baixa Idade Média; Guerreiro; Guerra dos Cem Anos.

**Abstract:** This present article, “Considerations About the Mutation of the Warrior Class and the Hundred Years War” has the objective of illustrate and explain the social mutation of the warrior class, just like their image in society, seeking the Hundred Years War. It is also objective of this paperwork explain how instruments and war’s technology changed and speeded their process of evolution elapse of Low Middle Ages. Will be used a bibliographic research, that consists in the data collect of articles, books and magazines which will appear in the quotes and references, being the mainly authors consulted: Jean Flori, Jason Gill and Bernard S. Bachrach.

**Keywords:** Low Middle Ages; Warrior; Hundred Years War.

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais / Universidade Arnaldo Janssen  
<https://orcid.org/0009-0001-7681-2887?lang=en>  
E-mail: [viniciussouzabjj@gmail.com](mailto:viniciussouzabjj@gmail.com)





## 1 Introdução

A partir do século V, povos pagãos originários no norte e leste da Europa migraram para as terras do antigo Império Romano, ocupando todo aquele vasto território. Neste período de tempo, estes povos procuraram se organizar em reinados. Seguindo o processo de ocupação e centralização, os novos reinos lutavam uns contra os outros, com fins de estabelecer as fronteiras e se defender contra outros invasores, em sua maioria, eslavos e asiáticos. A guerra, nesta Idade Média primordial, acabou por ser um elemento fundamental na formação da sociedade.

Os novos reinos se tornaram fortemente militarizados, com sua cultura voltada para a guerra e organizada em razão das capacidades e habilidades de seus guerreiros. Do século V ao VII, eram considerados livres apenas aqueles que pudessem lutar, cuja posição na escala social era diretamente correspondente com sua capacidade de comandar outros guerreiros (REZENDE FILHO, 2001). Os antigos chefes tribais, agora com a nomenclatura de reis, somente conseguiam manter a obediência, controle e respeito de seus súditos, quando demonstravam sua capacidade de levar seus reinos a vitórias que lhes proporcionavam riquezas em butins de pilhagens. Nestas incursões, muitas vezes os heróis de batalha eram glorificados em canções.

Vale ressaltar que não havia exércitos profissionais recrutados e treinados. A própria constituição social da época dificultava a formação de um exército permanente e profissional. Bachrach (1972) disserta que os próprios merovíngios não detinham contingente militar homogêneo. Os francos lutavam em parceria com alanos, alamanos, sauromatas, taifalos e galo-romanos. A prova deste militarismo heterogêneo está no confronto de Theuderic contra os dinamarqueses, cuja batalha foi predominantemente náutica. Gregório de Tours contesta a existência de um contingente marítimo dos francos, daí, presumiu-se que outro povo se juntou aos merovíngios nesta ocasião.

Barthélemy (2010) afirma que a mentalidade de vigorar o mais forte tornava as lideranças instáveis e as lutas entre aliados frequentes. A força determinava o meio político e social. Na prática, o que predominava era a lei do mais forte. César (2004), durante suas incursões na Gália, comparou os germanos a espartanos, verdadeiros guerreiros. Em sua obra “Guerra das Gálias”, completa, ainda, que o roubo fora do território da cidade era permitido e até mesmo incentivado, visto que isso deixaria os jovens da vila menos preguiçosos. Isto explica a rápida militarização da sociedade. Todos aqueles que tinham dinheiro para pagar por uma espada de ferro, por ela optavam.





Embora todos os homens livres fossem obrigados ao serviço militar, não bastava ser livre para ser guerreiro. Também era preciso ser um proprietário. Para aumentar o poder e influência, grandes proprietários passaram a recrutar exércitos particulares, compostos de pequenos guerreiros sem posses relevantes, pagos mediante a garantia de sua subsistência ou um soldo (REZENDE FILHO, 2001). No século VII, os grandes proprietários já podiam ignorar o frágil poder real e liquidar a centralização dos reinados.

Observa-se, neste contexto, que as relações pessoais de dependência acabaram se desenvolvendo de maneira notável. Por razões econômicas, muitos guerreiros passaram a procurar auxílio dos grandes proprietários de terras para não perderem sua condição de homens livres.

O autor ainda explica que esta relação ocorreu de dois modos: tornando-se guerreiros pessoais ou cedendo suas pequenas propriedades ao soberano, que lhes permitia continuar a cultivar as terras, enquanto permanecessem prestando-lhe serviço. Em ambos os casos, o resultado foi praticamente o mesmo, apesar de serem homens livres, ocuparam um lugar na pirâmide social bastante frágil, em que dependiam diretamente do seu soberano.

No final do século VII, esta figura do soldado-colono praticamente desapareceu, pois o serviço braçal na terra perdera completamente a natureza militar. Esta clivagem de homens “livres-não-livres”, teria sido substituída por uma distinção baseada apenas no poderio militar, que opunha os armados, ou assim denominados *milites*, e os não-armados, chamados de *inermes*. Mais tarde, esta nomenclatura geraria o título de nobreza (*nobile milite*), os cavaleiros (FLORI, 2005). Por volta dos anos 700, já se tem uma mutação da imagem guerreira na sociedade: não mais se tem um soldado/camponês destreinado, mas sim um soldado por ofício.

## 2. O “CAVALEIRO” COURAÇADO

Com o avanço do profissionalismo de guerra, foi exigido também um acompanhamento dos equipamentos e táticas. “Apenas no período Carolíngio, na metade do século VIII, a qualidade das armaduras realmente melhoraram” (GILL, 2016, p. 8, tradução nossa). O Império Carolíngio foi o primeiro a elaborar, no século VIII, o cavaleiro couraçado, com a principal diferença dos antigos guerreiros: agora sua principal arma é a montaria a cavalo, com treinamento especializado. Seguindo a tradição germânica em que guerreiros formavam uma aristocracia própria, com os cavaleiros





carolíngios não foi diferente. A imagem e *status* social desta nova classe de guerreiros se tornaram, por consequência do sucesso militar, em uma verdadeira elite. Vale ressaltar que apenas uma elite, mesmo não guerreira, possuía um cavalo de guerra ou locomoção. “Ter a sua disposição um cavalo, mesmo que seja apenas para se locomover, classifica um homem como pertencente à elite.” (BARTHÉLEMY, 2010, p. 97). Diferentemente dos germanos, o cavaleiro couraçado era limitado por um dever moral (FLORI, 2005).

Ressalta-se que a vestimenta militar era uma declaração evidente de dinheiro e status, pertinente para diferenciar os cavaleiros mais pobres de mais ricos, acima de tudo, dos infantis. Em suma, este guerreiro tinha o corpo protegido primeiramente por um casacão, seguido de uma túnica curta de couro, chamada *brunes*, que era coberta por ligas de metal. No inverno, o peito e os ombros eram acrescentados com um gibão de pele de lontra e arminho. Para a proteção da cabeça, o icônico elmo nasal era praticamente encontrado pela maior parte dos guerreiros da Europa ocidental. E, para finalizar sua defesa, um escudo triangular de metal (NICOLLE, 2005). Na sua ofensiva, detinham normalmente uma espada e, ocasionalmente, uma espada recheada de joias, mas esta última usada apenas em festivais e para receber embaixadores estrangeiros. Adjunto à espada, era evidente que muitos também optavam por uma lança pesada próximo ao corpo e não como dardo, neste primeiro momento, conforme herança das táticas e equipamentos do livro militar romano “*de re militari*” (BACHRACH, 2001).

Como padrão tático, os francos copiaram os visigodos e lombardos no que se refere às táticas da cavalaria. Os cavaleiros galopavam em formação triangular, que lhes permitiam penetrar na defesa inimiga. Para conseguir maior eficiência, eram normalmente assistidos por uma infantaria e serviçais, que trocavam seus equipamentos gastos e forneciam montaria descansada, chamados de escudeiros (REZENDE FILHO, 2001). Embora com recente formação, os cavaleiros demonstraram superioridade no campo de batalha, quando comparados às demais formações de batalha.

A cavalaria foi uma grande porção do exército Carolíngio, graças a sua excelente mobilidade, e seus equipamentos superiores, combinados com um expressivo treino e disciplina, permitiu com que eles derrotassem seus inimigos. (GILL, 2016, p. 7, tradução nossa).

Para que as demandas tecnológicas dos cavaleiros pudessem ser atendidas, foi necessário desenvolver forjas que produzissem armas e armaduras. Também foi preciso incrementar a criação de cavalos de batalhas, fazer plantações de feno e outras forragens, além de aumentar a criação de estábulos. O atendimento a essas novas necessidades de caráter balístico levou a vida social a uma extrema militarização (LE GOFF, 2016).





Rezende Filho (2001) explica que, junto a esta militarização, e por decorrência dela, houve uma alteração radical nas relações de dependência: a vassalagem. Desta vez, os reis exigiam um juramento formal de seus vassallos, que lhes ofereciam cavaleiros couraçados, manutenção administrativa e apoio militar, quando necessário. Em troca, o rei lhe proporcionava uma propriedade. Foi então, no século IX, que os reis procuraram uma aliança com a Igreja. A coroa necessitava de recursos para realizar a vassalagem de benefício. A Igreja havia, até então, acumulado terras desde a queda de Roma. Em troca de terras oferecidas pela Igreja, criou-se uma taxa de 10% da produção anual do benefício, chamado de censo e posteriormente de dízimo.

O mesmo autor ainda explica que no decorrer do século X, a Igreja denunciava com grande vigor os atos de violência cometidos contra religiosos, viúvas e órfãos. Assim, no século XI, a Igreja conseguiu impor a proteção incontestável dos religiosos e das igrejas. Foi reconhecido, então, em toda a Europa Ocidental, que santuários cristãos eram refúgios invioláveis. Tamanha importância foi dada a esta denúncia, que mais tarde, em 1128, durante o Concílio de Troyes, a Ordem dos Cavaleiros Templários foi criada com fins de proteger a peregrinação de fiéis até Jerusalém.

### 3. O NOBRE CAVALEIRO

No século X e XI, o cavaleiro estava em uma crescente valorização, pelos motivos políticos e militares. Coloca-se em pauta, principalmente, a estabilização das rotas comerciais, já demarcadas pelo avanço militar de Carlos Magno. O retardo do uso de tais rotas está diretamente relacionado às invasões dos nórdicos do século IX.

Vemo-nos tentados a pensar que as conquistas de Carlos Magno e suas empreitadas militares, na Saxônia, na Baviera e ao longo do Danúbio, na Itália do Norte e na direção de Veneza, enfim além-Pireneus, iam ao encontro das zonas de troca e buscavam englobar as rotas do comércio renascente. (LE GOFF, 2016, p. 52).

A formação da cavalaria e a promulgação controlada da investidura também contribuíram para a evolução da aristocracia guerreira. A sociedade, por compreender que o cavaleiro era o maior entre os guerreiros, não com muita dificuldade, associou sua imagem a de um homem dotado de nobres sentimentos, altruísta, leal e honrado (BARTHÉLEMY, 2010 e FLORI, 2005).





No século XII, já era possível dizer que os cavaleiros se infiltraram na nobreza medieval. “(...) a cavalaria não substituiu a nobreza; ela se acrescentou a ela, como uma dimensão nova, ou melhor, uma dimensão muito antiga, mas recentemente admitida como valorizadora: a profissão guerreira.” (FLORI, 2005, p. 118). Vale ressaltar, ainda assim, que os cavaleiros estavam na parte mais baixa da nobreza, e utilizavam este termo como indício de superioridade social para diferenciá-los, sobretudo, da infantaria.

Há uma imagem estereotipada do ritual da investidura pelo qual qualquer cavaleiro poderia nomear outra pessoa um cavaleiro, desde que fosse digno. Em pé ou muitas vezes ajoelhado, o postulante batia a espada sobre a cabeça e os ombros e, com esse gesto, confer-lhe-ia a cavalaria. Em seguida, o novo cavaleiro deveria fazer seu juramento como defensor dos fracos e oprimidos, protetor da mulher, do órfão e o protetor da Coroa. Essa representação não é completamente mentirosa, mas não deixa de ser também incompleta (FLORI, 2005). Há outras três possíveis sagrações de uma investidura que devem ser retratadas como verdadeiras, conforme Jean Flori (2005) apontou em “A Cavalaria”: um bispo oficia a cena em uma catedral. Após uma noite repleta de orações, o novo cavaleiro é investido. Sua espada e armadura no altar fora abençoada pelo palestrante, que, em seguida, são entregues ao futuro cavaleiro, sendo, por fim, assim consagrado; em uma terceira imagem, um senhor ou até mesmo um rei oferece a guerreiros ou jovens aptos suas armas e armaduras, que farão deles cavaleiros juramentados ao seu senhor e prontos a servi-lo, seja em sua guarda própria ou a de parentes e aliados; finalmente, para aqueles que serão futuros reis, príncipes, filhos de nobres, não bastava que recebessem treinamento militar, também era preciso que se submetessem ao ritual que lhes consagrariam cavaleiros, antes da ocupação de seu devido cargo. Esses jovens deveriam ter completado seu tempo de aprendizado como escudeiro, na casa de algum senhor poderoso aliado, para que, por um decreto de seu senhor, fosse nomeado cavaleiro.

Flori (2005) argumenta que a aristocracia cavaleira colocou o sistema de vassalagem em uma posição mais delicada ainda. Agora os cavaleiros não mais prestavam seus serviços por uma troca de favores ou pelo nome da família a quem jurou defender. Em meados do século XIII, por toda a Europa Ocidental, os vassalos passaram a prestar seus trabalhos em troca de um soldo, que variava de acordo com o *status*: duques ganhavam mais que condes, cavaleiros mais que sargentos e assim por diante. Desta maneira, a vassalagem passou a ser um serviço remunerado, praticamente mercenário. Foi esta evolução do sistema medieval que levou posteriormente a desmilitarização da Europa Feudal.







Até a metade do século XI, os cavaleiros, tanto a pé quanto a cavalo, combatiam de forma similar, detinham o mesmo armamento e armadura e usufruíam de técnicas de combate parecidas. A mutação da cavalaria vem decorrente da adoção de um novo método de combate: em um primeiro momento, o combate a cavalo e, posteriormente, nos séculos XIII e XIV, as escolas de esgrima. Estas mudanças transformaram guerreiros em uma verdadeira elite, que compartilhavam de estatutos, prestígio, ética e orgulho (GILL, 2016). É neste momento que ocorre uma verdadeira mudança na semântica de cavaleiros. Agora não mais nos referimos a soldados montados, mas a uma ordem da cavalaria de combate.

Nos mais diferentes reinos e culturas da Europa Ocidental, foram encontrados praticamente apenas três tipos de esgrima da lança notáveis descritas por Flori (2005) e Dougherty (2008): a primeira delas, comum aos cavaleiros e aos pedestres, consiste em usar da lança, como se fosse um dardo. Segurava-se a lança atrás de seu ponto de equilíbrio e jogava-a em seus inimigos. O segundo, refere-se ao uso da lança como um alabardo, uma arma de estocar. Um movimento que depende notoriamente da força do braço de quem desfere o golpe, da rispidez do movimento e, é claro, para uma maior eficiência, da qualidade da armadura de quem é atacado. O terceiro método, no geral, atribui-se ao cavaleiro montado, em que a lança é segurada ao longo do antebraço e da axila, em posição horizontal fixa. O cavaleiro ajusta a sua frente, seu escudo, depois ele abaixa sua lança, lançando-se em galope e desferindo estocadas contra seus inimigos, até que a lança se quebre, para, daí, sacar sua espada. Ressalta-se, portanto, que a arte da esgrima era apenas mais um modo de enaltecer e diferenciar o cavaleiro dos demais tipos de guerreiros: uma vez que balançar a espada no ar era de extrema complexidade que demandava tempo, treino e dinheiro, não só para a posse da espada, mas também para as aulas.

#### **4. DA NOBREZA AO PROFISSIONALISMO E A GUERRA DOS CEM ANOS**

Durante séculos, a cavalaria ficou marcada apenas como símbolo de nobreza, em que raramente um cavaleiro lutava mais de uma batalha na vida. Justamente pela falta de combate frequente, as justas e torneios foram criadas.





Os cavaleiros conduzem assim sua própria guerra em meio às guerras. Na paz, eles a prolongam e a preparam nas justas e torneios. Em ambos, o combate é um risco (limitado) do ofício, um esporte perigoso e um prazer assustador. Uma atividade perigosa e lúdica, cujo objetivo é vencer mais do que matar, capturar e pedir resgate do adversário mais que aniquilá-lo. (FLORI, 2005, p. 79).

Todavia, nos séculos XIV e XV, houve uma crescente onda de conflitos internacionais que exigiram a mutação destes antigos nobres cavaleiros para verdadeiros profissionais de guerra. Tamanho era o profissionalismo, que a complexidade de equipamento desta parte final da Idade Média não poderia se comparar com as demais. Uma expansão da metalurgia e ferraria a partir do século XII permitiu o aumento da produção, em massa, de ferro e aço. Como consequência, uma grande motivação e recursos para que os ferreiros pudessem trabalhar, de maneira mais apropriada, na criação de novas armaduras, estas que seriam mais sofisticadas quanto à proteção e agilidade (ROCCA, 2017). Não se deve atribuir somente ao desenvolvimento da metalurgia a criação de novas armaduras.

Há de se considerar que forjar estas armaduras era um processo complexo, que necessitava de grande maestria dos ferreiros, além de um considerável tempo para a forja em si. Tamanha era a complexidade de forjar uma armadura de placas que, de acordo com Rocca (2017), não há confirmações de ferrarias capazes da produção desta armadura na Inglaterra, Espanha, Portugal e na França, até mesmo nos séculos XIV e XV. Reis e nobres de toda a Europa Ocidental encomendavam peças mais sofisticadas da Itália e da Alemanha.

“Milão era líder internacional de venda de armaduras desde o início do século XIII até o século XVI. Não apenas armaduras, mas armas também eram exportadas (...)” (ROCCA, 2017, p. 28, tradução nossa).<sup>3</sup>

“Na Alemanha, a cidade imperial de Nuremberga e Augsburgo rivalizaram e eventualmente superaram Milão no mercado internacional durante o século XVI.” (ROCCA, 2017, p. 29, tradução nossa).<sup>4</sup>

As *brunes* enfim desaparecem para a ascensão das cotas de malhas que cobriam dos ombros até o joelho. Estas cotas se mostravam eficazes contra golpes de espada, dardos e até mesmo flechas disparadas de arcos comuns. Todavia, ineficientes contra estocadas de lanças, flechas de arcos longos e de bestas. O peso da cota de malha não ultrapassava doze quilos, que eram distribuídos nos ombros dos cavaleiros. O preço dela variava de dois a três cavalos de guerra, que comprovava seu uso por apenas uma elite. Para que sua flexibilidade fosse conservada, era preciso lubrificá-la







periodicamente. O icônico elmo nasal evoluiu, num primeiro momento, para um elmo cilíndrico fechado, com buracos apenas para os olhos e aeração e, posteriormente, para um capacete com viseira (FLORI, 2005).

A partir do século XIII a cota de malha é ainda mais reforçada com placas de metais recebendo o nome de armadura de placas. O metal era enlaçado pelo peito e o ombro até que no século XIV, cobriria totalmente o corpo. O peso por sua vez, é compensado pela sua melhor divisão pelo corpo, não somente nos ombros. A armadura de placas se mostrou o ápice da defesa do cavaleiro, mas isso não significava que aquele que a possuía estaria imune a morrer em combate. Armaduras de menor qualidade, assim como relatado em epopeias e testes realizados pelo renomado medievalista John Clements, podiam sofrer estocadas de espadas longas, lanças e até mesmo serem atravessadas por flechas, como acontecido ao rei Ricardo I, da Inglaterra durante a terceira cruzada. Até mesmo armaduras completas tinham brechas para cortes e estocadas atrás do joelho, em baixo das axilas e na virilha, e cavaleiros tinham treinamento para acertar essas regiões de maneira precisa (FLORI, 2005).

Em contrapartida, estimava-se que o preço de uma armadura de placas completa no século XVIII era de aproximadamente trinta bois e com o passar do tempo se tornou ainda mais caro. Não apenas as armaduras sofreram diversas mutações ao longo dos séculos, mas também as típicas espadas longas. Morfologicamente elas tinham onze variações: tamanho da empunhadura; tamanho da guarda; tipo da guarda; tipo do pomo; tamanho do pomo; tamanho da lâmina; largura da lâmina; afunilamento do perfil; afunilamento de estal; geometria inferior da lâmina; finura da ponta.

Estas onze variações significativas eram predeterminadas no momento de sua forja, para cumprir com os desejos daquele que a mandou forjar. Espadas com a lâmina em formato triangular se tornaram mais populares a partir do século XIII, pois o perfil desta permitia maior poder de penetração nas armaduras de placas (CLEMENTS, 2011).

O peso e o tamanho das espadas e lanças também variaram com o tempo conforme Jean Flori (2005) destaca: Nos séculos XI e XII, mediam entre 90 e 100 cm e pesavam entre 1,2 a 2 quilos, evoluindo até chegar às grandes espadas, que alcançavam até dois metros de comprimento, usadas em justas e torneios ou por homens grandes o suficiente para empunhá-las em uma batalha real. A lança se alonga e fica gradativamente mais pesada. Ela vai de 2,5 a 3,5 metros, num intervalo de dois séculos, vindo a pesar aproximadamente quinze quilos. O escudo, em contrapartida, fica cada vez mais leve, até que desaparece completamente no século XIV, uma vez que a armadura passa a conceder





proteção suficiente. Todos esses aspectos e evoluções contribuíram para que a cavalaria se tornasse a elite guerreira.

O crescente uso da armadura de placas fez com que espadas, em situações específicas, fossem inutilizadas. A Escola de Esgrima de Fencing ensinava, até mesmo em algumas circunstâncias, segurar a espada do lado ao contrário, de tal forma que ela se tornaria um martelo e o cabo seria usado para golpear. Junto a técnicas esgrimistas de espada, outras armas foram se tornando bastante populares, como a alabarda, machados e martelos de guerra, que proporcionavam maior penetração na armadura ou maior impacto no cavaleiro que recebia o ataque de pressão (DOUGHERTY, 2008).

O acontecimento que mais pôde-se evidenciar e colocar em destaque pelo profissionalismo tático-militar e equipamentos bélicos, foi a Guerra dos Cem Anos, que de 1337 a 1453, entre dois períodos de paz e três períodos de incursões, demandou que ingleses e franceses virassem peritos das mais variadas táticas de batalha, cercos, emboscadas, combate individual etc..

Os cercos exigiam um grande número de infantaria no campo, tanto na defesa quanto no ataque. Além de unidades de trabalho para construir obras defensivas ou ofensivas, vários especialistas foram destacados como artilheiros, engenheiros e mineiros. Grande parte da tropa infante era composta por camponeses que, a maior parte da vida, jamais tocara em uma espada, e, em apenas em situações de guerra, tiveram um treinamento e equipamento mínimo. Além dos camponeses, havia os sargentos, pouco mais ricos e experientes. Eram responsáveis pelo treinamento dos soldados e pelo comando de pequenas guarnições.

Dougherty (2008) aponta que dentre as principais táticas de guerra, três se mostraram de grande destaque nesta época. A parede, o círculo e as formações profundas. A parede era uma tática de formação linear, herdada dos romanos, conforme consta no “*de re militari*”. Consiste numa formação onde os soldados alinham os escudos de forma que os mantinham de ponta a ponta ou sobrepostos, formando, quando bem treinada, uma parede de escudos quase impenetrável. A formação circular era principalmente usada de forma defensiva contra a cavalaria. Incitava os cavaleiros a lutarem em diversas frentes de batalha, o que dificultava a penetração e a quebra da formação inimiga. As formações profundas, por sua vez, era a divisão do exército por esquadrões em colunas. Permitia que um exército em menor número lutasse de forma ordenada contra grandes exércitos.

Taticamente, havia duas maneiras da infantaria derrotar a cavalaria em uma batalha: poder de fogo e massa. O poder de fogo era fornecido pelos arqueiros, que realizavam enxames de mísseis. Tanto o poder de fogo quanto a massa são mais efetivos





quando assistidos por uma boa função tática, como usar o terreno a favor, seja em uma colina ou terreno acidentado, uma vez que a cavalaria teria problemas para se movimentar.

Não se deve deixar de mencionar os arqueiros, uma vez que eles têm papel fundamental em batalhas, sítios e pequenos conflitos. Há registros também de cavaleiros que exerciam a função de arqueiros, como o próprio Rei Ricardo Coração de Leão, muitas vezes por preferência daquela arma em combate. No século XII, primeiramente na Inglaterra, surgem os arqueiros de arcos longos. Arcos longos, produzidos em massa durante a Guerra dos Cem Anos, detinham um alcance e precisão incrivelmente superiores quando comparados aos arcos curvos.

Gill (2016) explica que grande prova disso foi a batalha de Crecy, lutada em 1346, durante a Guerra dos Cem Anos. A Inglaterra terminou vencendo a batalha, aniquilando a maior parte do exército francês, devido ao uso de arcos longos contra cavaleiros em posse de armadura de placas e fortemente armados. De fato, houve também uma tática britânica a se considerar por trás desta grande vitória. Todavia, parte desta tática estava relacionada ao uso de arqueiros.

Já na Batalha de Azincourt, em 1415, embora a vitória tenha sido inglesa (devido ao uso do terreno favorável, somado ao fato de as tropas francesas estarem cansadas), pode-se notar uma completa inutilidade dos arcos longos, uma vez que as armaduras de placa já haviam se tornado verdadeiros trajes de metal que cobriam o corpo do cavaleiro por completo, sem contar a evolução da dobra do aço e fabricação de armaduras. Em contrapartida, estudos e testes recentes mostraram que disparos a curta distância podiam penetrar viseiras de capacetes e, quanto maior a angulação de um disparo de flecha, mais difícil era a perfuração do aço (HOURLY, 2019).

Enquanto o arco longo se popularizou na Grã Bretanha, no restante do continente europeu se espalhava a besta. A efetividade da besta não pode ser negada. Embora menos precisa e de menor alcance, se comparado a arcos longos, seu poder de penetração era capaz até mesmo de perfurar armaduras de placa (CLEMENTS, 2011). A principal desvantagem do uso da besta era a demora da recarga. O besteiro quase sempre obtinha também um longo escudo, que poderia ser estocado no chão, para que lhe cobrisse na hora da recarga. Ambas as armas tinham a mesma importância em batalha, pois, na verdade, batalhas eram ganhas, em sua grande maioria, pelo fator psicológico. Conforme exposto por Gill (2016), na maioria das vezes, após o século X, o exército derrotado tinha em seu efetivo, mais de 50% da tropa viva.





Entende-se, portanto, que mesmo ainda como profissionais da guerra, a cavalaria ainda pertencia a uma elite nobre, afinal, a infantaria cobria cerca de 90% do contingente dos exércitos, seja ela formada em suma por arqueiros como fazia a Inglaterra, ou por soldados a pé, como a França. Pode-se notar que, por razão da Guerra dos Cem Anos, não mais o cavaleiro era visto apenas como um nobre dotado de valores éticos, defensor dos fracos, da mãe, da cruz e da Coroa. Por demanda, o cavaleiro que anteriormente lutava quase apenas uma batalha pela vida (GILL, 2016), tornou-se um veterano de guerra e especialista nos diferentes tipos de combate.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A classe guerreira e a aristocracia guerreira existem desde a Idade Clássica. Nos mil anos da Idade Média, podemos notar três mudanças drásticas que podem separar esta mesma classe dentro de um contexto, sendo a abordada em foco neste artigo o cavaleirismo profissional de guerra, visto principalmente durante a Guerra dos Cem Anos.

A priori, na Idade Média primordial, em sequência da queda de Roma, poucos eram os povos que conseguiam guerrear a cavalo, numa lista resumida: alamanos, visigodos e francos eram aqueles que detinham maior notoriedade neste aspecto.

Outro fator que contribuiu para o antiprofissionalismo de guerra com destaque para a cavalaria (que demanda um treinamento ainda mais específico e aplicado) foi a heterogenia dos contingentes. No estudo de caso, foram analisados os Merovíngios na batalha de Theuderico contra os dinamarqueses. Ao final do século VIII, a função de soldado-colono estava por desaparecer, uma vez que as relações interpessoais exigiam que para ser um guerreiro necessitava-se ser um proprietário, o que foi responsável pela redução da distribuição de renda, uma vez que muitos pequenos guerreiros de poucas posses se viram submetidos aos grandes proprietários e, pouco a pouco, foram perdendo sua capacidade militar e reduzido a um camponês.

Todavia, essa exclusão foi responsável por um aumento do profissionalismo militar, uma vez que os guerreiros passaram por uma filtragem econômica. Na França, o Império Carolíngio foi o primeiro a abordar o cavaleiro couraçado, sendo este o primeiro a ter um treinamento especializado em foco no combate montado. A partir deste momento, além da aristocracia guerreira, coloca-se em evidência o status do guerreiro, a partir das vestimentas e equipamentos bélicos, como a espada enfeitada com joias.





Já por volta do século X, o cavaleiro é indiscutivelmente a elite de combate da Idade Média. Tamanho foi esse reconhecimento militar, que essa classe se infiltrou à nobreza medieval. Como nobres, agora mais do que antes, tornar-se cavaleiro era uma coisa rara, a promulgação da investidura era controlada e, em regra, pertencente a aqueles que já eram nobres. Mas o que realmente começa a diferenciar o nobre cavaleiro do cavaleiro couraçado é que, dessa data em diante, inicia-se o profissionalismo verdadeiro: a esgrima. Com o passar dos séculos, devido a um aumento dos conflitos internacionais, além da esgrima, agregaram-se as armaduras de placas. Esta diferenciou a alta nobreza da baixa nobreza, uma vez que armaduras eram importadas da Alemanha e da Itália e de um valor impensável para a infantaria e camponeses. Destaca-se na Guerra dos Cem Anos, a análise da Batalha de Crecy e Azincourt, em que a postura do cavaleiro em combate teve que se adaptar, devido às suas evoluções bélicas.

Por volta do século XIV e XV, a cavalaria, que antes enfrentava uma batalha por vida, agora cede lugar aos profissionais veteranos, que participavam, com frequência, de cercos, incursões, batalhas e conquistas. Assim, percebe-se a mutação do guerreiro de uma alta idade média, limitado a liberdades e propriedades com quase nenhum profissionalismo, para um nobre cavaleiro estratégico, com puro caráter militar.

## REFERÊNCIAS

BACHRACH, Bernard S. **Early Carolingian Warfare: Prelude to Empire**. 1ª ed. Philadelphia. Universidade da Pensilvânia, 2001.

BACHRACH, Bernard S. **Merovingian Military Organization 481 - 751**. 1ª ed. Minneapolis. Universidade de Minnesota, 1972.

BARTHÉLEMY, Dominique. **A Cavalaria: Da Germânia antiga a França do século XII**. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 2010.

CÉSAR, Júlio. **A Guerra das Gálias**. 1ª ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2004.

CLEMENTS, John. Swords Against Armor. **Medieval Warfare**, Zutphen, vol 1, n. 3, p.49-52, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48577865?read->





[now=1&refreqid=excelsior%3A08e0de3053e170e94ee7e64e8baeaa71&seq=1](#). Acesso em: 05 Abr. 2022.

COSTA, Ricardo Luiz Silveira da. **A Guerra na Idade Média**: Estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições Paratodos, 1998.

| 56

DOUGHERTY, Martin. **The Medieval Warrior**: weapons, technology, and fighting techniques ad 1000-1500. 1ª ed. Guilford: Amber Books Ltd, 2008.

FLORI, Jean. **A Cavalaria**: A origem dos nobres guerreiros da Idade Média. 1ª ed. São Paulo: Madras, 2005.

GILL, Jason. Clad In Steel: The Evolution of Plate Armor in Medieval Europe and its Relation to Contemporary Weapons Development. **Clad In Steel**, Tacoma, p. 1-42, 2016. Disponível em: [https://soundideas.pugetsound.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1021&context=history\\_teses](https://soundideas.pugetsound.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1021&context=history_teses). Acesso em: 22 Mar. 2022.

HOURLY, History. **The Hundred Years War**: A History from Beginning to End. 1ª ed. History Hourly, 2019.

LE GOFF, Jacques. **A Civilização do Ocidente medieval**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

NICOLLE, David. **Carolingian Cavalryman ad 768 - 987**. 1ª ed. Oxford: Osprey, 2005.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **Guerra e Poder na Sociedade Feudal**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

ROCCA, Donald J. La. **How to Read European Armor**. 1ª ed. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2017.

